

TEMPORALIDADES

Proposta para uma agenda de pesquisa em Ciências Sociais

Mônica Franch
Márcio Ferreira de Souza

Estudos clássicos em antropologia e sociologia mostraram que o tempo, assim como o espaço, é uma categoria fundamental para a vida social e uma via de acesso aos valores, normas e visão de mundo de culturas e épocas diferentes. Aspecto importante na caracterização da sociedade industrial, o estudo do tempo ganha novo impulso a partir, sobretudo, dos anos 1980, quando emerge como uma das chaves para a compreensão dos processos que atravessam as sociedades pós-industriais, afetando a organização do cotidiano, os cursos biográficos, bem como as expectativas de futuro dos indivíduos. Aceleração, incerteza, dessincronização, fragmentação e desencaixe são algumas das expressões comumente utilizadas para descrever tais mudanças, que se localizam majoritariamente no mundo do trabalho, mas também na família, na sociabilidade e nas relações afetivas, entre outras esferas da vida social.

Embora tardiamente em relação a outros países, existe no Brasil um interesse crescente pela compreensão das temporalidades, em parte aquecido pelo debate sobre a contemporaneidade, mas também a partir de outras abordagens. O próprio Estado brasileiro tem se preocupado com o investimento em pesquisas sobre os usos do tempo na vida cotidiana de seus cidadãos. Exemplo disto pode ser observado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que efetuou uma pesquisa piloto sobre Uso do Tempo em 2009/2010, objetivando incorporar o tema em sua agenda regular. Cabe também destacar a instituição do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, integrado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,

pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres (Unifem) e pela Organização Internacional do Trabalho.

No campo acadêmico, mais precisamente na área das Ciências Sociais, reflexões teóricas e metodológicas vêm sendo realizadas no País, no sentido de melhor compreender a pluralidade de tempos sociais na sua interface com as questões de gênero (Souza, Neubert, Aguiar, 2005; Souza, 2007) e de geração (Franch, 2011a, 2011b, 2011c), com o mundo do trabalho (Cardoso, 2009), com a política (Palmeira, 2002), com o fenômeno urbano (Rocha e Eckert, 2005), com o ritual (Cavalcanti, 1999, 2002), entre outros possíveis recortes. Mais consolidados são os trabalhos sobre memória, que constituem uma das faces privilegiadas do estudo sobre temporalidades nas Ciências Sociais brasileiras (ver, por exemplo, Bosi, 1994 e Eckert, 2000). Todos esses estudos, ao trazer para o debate sobre o tempo contextos específicos empiricamente apreendidos, contribuem para apresentar matizes e contrastes ao discurso generalizante sobre a contemporaneidade, apontando deste modo seus limites.

O dossiê “Temporalidades”, nesta edição da revista *Política & Trabalho* que ora vem a lume, busca promover reflexões e debates sobre essa importante dimensão da vida social, a partir de análises teóricas e de trabalhos empíricos desenvolvidos na perspectiva das Ciências Sociais. Nosso objetivo é oferecer ao leitor um leque diverso de abordagens sobre o tempo social, aliando enfoques macro e micro, bem como análises qualitativas e quantitativas. O dossiê também busca discutir metodologias e resultados de pesquisas acadêmicas que foram e estão sendo desenvolvidas sobre as temporalidades e os usos do tempo.

Para tanto, a edição foi organizada considerando importantes eixos temáticos, que articulam a temporalidade com múltiplas dimensões da vida social, ressaltando o desafio sistemático enfrentado pelas análises dos campos antropológico e sociológico em “revelar a centralidade do tempo, tanto na dimensão quantitativa, como subjetiva”, conforme destaca Emília Rodrigues Araújo em seu texto **A política de tempos: elementos para uma abordagem sociológica**. O texto da autora portuguesa inicia o primeiro eixo temático deste dossiê, correspondendo a trabalhos com forte investimento teórico, e que refletem sobre tendências gerais de mudança na vivência das temporalidades. Ao debater a expressão “política de tempos”, Emília Araújo vem contribuir no sentido de introduzir questões emergenciais que dizem respeito aos aspectos da evolução e da transformação histórica do presente. Valendo-se de conclusões resultantes de estudos conduzidos em Portugal sobre os usos do tempo, o artigo divide-se, assim, em dois pontos fundamentais: (a) a abordagem, num sentido geral, da política de tempos, sustentada pela descrição das principais ações desenvolvidas nesse sentido e (b) a descrição de algumas das mais relevantes temáticas de

investigação emergentes em teoria social. Chamando a atenção para a centralidade do tempo como objeto político, a autora considera que, para falar de uma política de tempos, “é necessário que o “problema do tempo”, materializado em conflitos e dificuldades dos indivíduos, das famílias e das organizações, seja entendido pelos diversos actores, desde os governos às entidades locais, na sua globalidade como um elemento simultaneamente individual e público, nacional e supranacional.”

Em seguida, o artigo de autoria de Maria Helena Oliva Augusto, intitulado **Tempo, memória e identidade: algumas considerações**, traz uma reflexão sobre os processos de transformação, seja em nível mais global, seja em circuitos mais particulares, que envolvem aspectos familiares, profissionais, religiosos e políticos. Esses quatro âmbitos vêm sofrendo alterações evidenciadas na vida social contemporânea que, por sua vez, refletem na alteração dos processos de conformação dos indivíduos e das suas relações, ou seja, no modo como os indivíduos são “produzidos”. Conforme a análise da referida autora, paralelamente a tal processo de transformações, modificam-se também as formas de percepção e de vivência das dimensões e os ritmos temporais, os significados atribuídos ao passado, presente e futuro, que interferem nas formas de viver, fazer e dar significado ao mundo e à vida. Conclui, enfim, que “a auto-percepção individual, as concepções elaboradas a respeito das aberturas e fechamentos que essa dinâmica envolve, as concepções sobre o(s) outro(s) que a compartilham e as relações mantidas com eles pode ser uma via de acesso eficiente para o conhecimento do (novo) contexto de sociabilidade em ação”.

Sobre este aspecto, do ponto de vista da análise empírica, o artigo de Neuma Aguiar, **Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira**, vem contribuir de maneira eficiente para corroborar com a percepção acerca das alterações nos múltiplos processos da vida social, na sociedade brasileira, nas quatro últimas décadas. Apoiada por consistentes bases de dados, Neuma Aguiar desenvolve uma análise comparativa de duas pesquisas de uso do tempo realizadas, com métodos semelhantes, em dois contextos distintos, e dois períodos históricos diferentes, no Brasil: Guanabara/Rio de Janeiro 1973 e Belo Horizonte 2001. A autora se vale de recursos de simulação, ajustando demograficamente a amostra de Belo Horizonte para possibilitar comparações com a da Guanabara/Rio de Janeiro. Paralelamente, o texto possibilita confrontar a situação brasileira com a de outros países. Foram analisados os usos do tempo para quatro conjuntos de atividades: trabalho remunerado, cuidados com a casa e a família, cuidados pessoais e lazer. De acordo com as análises realizadas pela autora, é possível observar uma considerável elevação da quantidade de trabalho remunerado, entre os dois períodos, e uma redução e reorganização do lazer, com diferenciações

por estrato social nos estilos de vida - com mais viagens, frequência a teatros e restaurantes pelos estratos mais altos e maior uso da televisão pelos demais. Outras demonstrações oferecidas pelo texto se referem ao aumento da participação das mulheres em atividades remuneradas, uma redução geral dos cuidados com a casa e a família, porém mantendo a permanência das desigualdades nas atribuições de gênero. Com relação aos cuidados pessoais entre homens e mulheres, o tempo dedicado a este tipo de atividade se aproxima e se reorganiza. Há, também, um aumento do tempo devotado aos estudos e à participação em atividades voluntárias. Por fim, a autora irá observar que, de um modo geral o uso do tempo é estratificado no que se refere ao tempo de trabalho remunerado, cuidados com a casa e a família, lazer e deslocamentos, caracterizando os estilos de vida bem diferenciados de uma sociedade híbrida ou desigualmente desenvolvida.

O segundo eixo dos trabalhos situa as temporalidades num contexto socioespacial específico: a cidade. No início do século passado, Georg Simmel (2005[1903]) já admitia que a vida das grandes cidades comportava enquadramentos temporais específicos, resultado da necessidade de sincronização de indivíduos e tarefas realizadas concomitantemente. Os trabalhos aqui apresentados discutem, a partir de contextos empíricos específicos, aspectos temporais próprios da vida na cidade, dando destaque à diversidade responsável pela superposição de temporalidades distintas no cotidiano citadino. O artigo das autoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, intitulado **Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais**, procura “problematizar o estudo das consolidações temporais em contextos urbanos”, tomando como ponto de partida a experiência de tratar da memória coletiva e da identidade narrativa no campo da antropologia social e simbólica. Sua proposta de realização de uma etnografia da duração, com ênfase na narrativa e na imagem, permite “o estudo da ritmicidade dos instantes imaginados, pensados e/ou vividos que conformam as formas de uma memória narrada da cidade pelos seus habitantes o instrumento privilegiado para se alcançar a inteligibilidade de suas intrigas”.

Seguindo a trilha da cidade, o artigo **Transportes e tempo de mobilidade urbana em Belo Horizonte**, de autoria de Arnaldo Mont’Alvão, se debruça sobre o tema da temporalidade envolvida no processo de mobilidade urbana. Segundo o autor, “mobilidade urbana pode ser definida como o conjunto dos deslocamentos que as pessoas efetuam para atingir seus destinos e realizar as mais variadas atividades no espaço urbano”. Dessa maneira, compreende que “são assim estes deslocamentos que fazem a intermediação das outras atividades cotidianas – como trabalho, estudo, lazer, cuidados com o domicílio –, assim como também dos mais variados espaços da cidade – complexos de lazer, áreas

industriais, áreas residenciais etc.” Com muita habilidade, Arnaldo Mont’Alvão demonstra de que maneira a questão dos deslocamentos na cidade se articula com debates importantes a respeito da desigualdade social e dos modelos urbanísticos. Assim, sua análise assinala o tempo utilizado para os deslocamentos cotidianos como um indicador sensível às desigualdades sócio-econômicas no âmbito das cidades, propondo, como contribuição, soluções no campo das políticas urbanísticas.

O terceiro eixo temático compreende trabalhos que articulam a dimensão tempo/gênero. Com efeito, dentre os importantes eixos de articulações da dimensão da temporalidade com variáveis significativas para a compreensão da vida social, a relação da temporalidade com a dimensão de gênero vem chamando atenção para um número cada vez maior de pesquisadoras e pesquisadores. Cabe lembrar que, desde os primeiros *time-budgets*, desenvolvidos em finais da década de 1930 nos Estados Unidos (Sorokin, Berger, 1939), o estudo do tempo tem se mostrado um indicador altamente sensível às desigualdades de gênero. No Brasil, estudos de cunho quantitativo também demonstram que o tempo é um componente importante no estabelecimento e manutenção das desigualdades de gênero (Aguar, 2000), mostrando a dificuldade das mulheres conquistarem uma esfera de “tempo para si”, conforme a conhecida expressão de Helga Nowotny (1984). No presente dossiê recebemos contribuições que ajudam a dimensionar essas desigualdades, sem deixar de atentar para as dimensões qualitativas do tempo a partir das diferentes inscrições de gênero dos sujeitos. A perspectiva de gênero, quando aplicada aos estudos do tempo, incita desafios teórico-metodológicos ao questionar as hierarquias e as barreiras entre os diversos tempos sociais, notadamente entre o tempo produtivo e o tempo reprodutivo (Leccardi, 2006). Nos novos contextos, marcados pela flexibilização e fragmentação, as experiências temporais femininas e masculinas tendem a convergir, sem contudo se equiparar.

Rafaela Cyrino contribui com tal discussão em seu artigo **A gestão do trabalho doméstico entre as mulheres executivas: um exemplo de combinação de dados de uma pesquisa de Usos do Tempo com metodologia qualitativa**. A autora aborda a questão da gestão do trabalho doméstico partindo de uma pesquisa realizada em 2007 com 47 executivas que trabalham em grandes empresas de Belo Horizonte. Em sua concepção, a associação de uma pesquisa de Usos do Tempo com a realização de entrevistas permitiu confrontar o discurso enunciado pelas executivas com a prática social, contribuindo para elucidar o entrelaçamento entre as dimensões material e simbólica da vida social.

Ainda nesta seara, Ana Domínguez Mon, em seu artigo intitulado **Temporalidades de género en los cuidados a la salud en Buenos Aires: los sectores medios ante las enfermedades crónicas**, atenta para o fato de que

as formas pelas quais os homens e as mulheres de classe média vivenciam a experiência temporal cotidiana revelam os valores que outorgam às atividades que realizam, a suas práticas e ao lugar que estas ocupam em sua vida cotidiana. Tais formas de valoração diferem de acordo com os contextos e as pessoas envolvidas. Seguindo tal princípio, a autora propõe uma reflexão acerca das formas subjetivas de classe e gênero em que são vivenciadas as temporalidades observadas em um grupo de homens e de mulheres em Buenos Aires. Tais subjetividades possibilitam a reflexão acerca dos limites para o cuidado com a saúde, sobretudo no que diz respeito à prevenção das enfermidades crônicas não transmissíveis como patologias típicas da modernidade tardia. A junção temporalidade, gênero e saúde anuncia-se como um campo promissor para futuras reflexões.

O dossiê é fechado com a apresentação de dois trabalhos desenvolvidos sob a perspectiva antropológica. Marcel Mano, em seu artigo **Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história**, vem contribuir com uma importante discussão acerca das relações entre tempo mítico e tempo histórico a partir do contexto das relações de contato dos Kayapó meridionais com não-índios nos séculos XVIII e XIX. Mano problematiza as diversas formas socioculturais de temporalização, retomando a clássica divisão de Lévi-Strauss entre sociedades frias e quentes, bem como a discussão de Marshall Sahlins a respeito da relação estrutura/evento. Tais autores servem de base para a análise proposta acerca das temporalidades Kayapó, ao longo de dois séculos de contato com os não-índios, mostrando as rupturas e também as continuidades no processo, a partir da ideia de tempo mítico (Mnemósyné) x tempo histórico (Chronos).

O último artigo, **'São Pedro: rogai por nós!' Festa, política e memória**, de autoria de Thais Nascimento, trata-se de um interessante relato etnográfico sobre a festa de São Pedro celebrada numa comunidade no interior do Estado do Rio de Janeiro. A partir desse relato a autora descortina processos de atuação política de diversos grupos envolvidos na festa, servindo a questão do "tempo" como um dos elementos em jogo para negociar diferentes visões da referida festa. Nesse sentido, o "tempo" não aparece como uma categoria analítica externa, mas como uma categoria nativa ou, nas palavras da autora, como um "argumento retórico", passível de adquirir diversos significados a depender do contexto em que é posto em cena. Essa percepção etnograficamente situada do tempo é um dos pontos altos do artigo, e mostra as possibilidades de produzir conhecimento sobre a temática do tempo a partir de contextos específicos, seguindo a mais pura tradição antropológica.

A diversidade de abordagens e de eixos temáticos que compõem o dossiê "Temporalidades" é apenas uma mostra da pluralidade de olhares que se pode lançar sobre esta matéria tão fascinante e, no entanto, ainda tão pouco explorada entre nós.

Referências

- AGUIAR, Neuma. **Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado**: Análise dos usos do tempo em Belo Horizonte, Minas Gerais: um projeto piloto para zonas metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, *mimeo*, 2000.
- AUGUSTO, Maria Helena Olivia. O presente e a juventude. In: BRUNI, José Carlos; MENA-BARRETO, Luis; MARQUES, Nelson (org.). **Decifrando o tempo presente**. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 45-68.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**. Disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume, 2009.
- CASTRO, Maria Laura. **O rito e o tempo**: ensaios sobre o carnaval, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Os sentidos no espetáculo. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.45, n.1, 2002, p. 37-78.
- ECKERT, Cornelia. Tempo e memória: da duração contínua à dialética da duração. In: DEBERT, Guita Grin e GOLDSTEIN, Donna M. (orgs.). **Políticas do corpo e o curso da vida**. São Paulo: Editora Sumaré, 2000, p.153-166.
- FRANCH, Mônica. Caminhos, miragens e vazios: a construção simbólica do futuro entre jovens de grupos populares. In: OLIVEIRA, Djaci David de; FREITAS, Revalino Antonio de; TOSTA, Tania Ludmila (orgs.). **Infância e Juventude**: Direitos e Perspectivas. Goiânia: UFC/Funape, 2011a, p.193-216.
- _____. Entre a fantasia e a exploração. Tempo e trabalho entre jovens de grupos populares do Grande Recife. In: LONGHI, Márcia; ALMEIDA, Maria da Conceição Lafayette de (orgs.). **Etapas da vida**. Jovens e idosos na contemporaneidade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011b, p. 15-40.
- _____. Os fios e os nós: Um ensaio sobre jovens e temporalidades na contemporaneidade. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (orgs.). **Psicologia social e seus movimentos**: 30 anos de ABRAPSO. Recife: Editora Universitária da UFPE, ABRAPSO, 2011c, p. 273-293.
- LECCARDI, Carmen. Gender, time and biographical narrative. **Journal of Social Science Education**. Disponível em http://www.jsse.org/2005-2/gender_leccardi.htm. Acessado em: 10/04/2006.
- NOWOTNY, Helga (1984). **Time**: The modern and postmodern experience. Oxford and Cambridge: The Polity Press and Blackwell.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M (Org.). **O dito e o feito**: ensaios de Antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará; UFRJ, 2002.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SIMMEL, Greog. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **MANA** 11(2):577-591, 2005.

SOROKIN, Pitirim Aleksandrovich; BERGER, Clarence Quinn. **Time budgets of human behavior**. Cambridge: Harvard University Press, 1939.

SOUZA, Márcio Ferreira de; NEUBERT, L.F.; AGUIAR, Neuma. Um Estudo da Percepção de Usos do Tempo sob a Perspectiva de Gênero. **Sociedade e Cultura**, v. 8, p. 53-69, 2005.

SOUZA, Márcio Ferreira de. **A Percepção do Tempo na Vida Cotidiana sob a Perspectiva de Gênero: O dia a dia em Belo Horizonte**. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2007.